



**VIII** - Dirigir os serviços da Procuradoria da Associação;

**IX** - Analisar e sistematizar as propostas de alterações estatutárias da Entidade após aprovação nas respectivas Assembleias;

**§ 1º.** - O Cargo de Procurador Geral é inerente àquele profissional habilitado e inscrito na seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

**§ 2º.** - O Procurador jurídico não faz parte da Diretoria Executiva, mas terá suas atribuições exercidas junto a Diretoria, sem direito

## SEÇÃO VI DO CONSELHO FISCAL

**Artigo 29** - O Conselho Fiscal será composto de no mínimo, 03 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandato para dois anos, com eleição vinculada à Diretoria Executiva, elegendo-se, entre eles um Presidente e um Secretário.

**Artigo 30** - O Conselho Fiscal tomará posse e assumirá as respectivas funções no mesmo dia da posse da Diretoria Executiva.

**Artigo 31** - Compete ao Conselho Fiscal:

**I** - Fiscalizar a estrita observância deste Estatuto e das deliberações das Assembleias Gerais por parte da Diretoria Executiva;

**II** - Cooperar com a Diretoria Executiva na fiscalização de todas as atividades administrativas da Associação;

**III** - Opinar, quando solicitado, sobre a admissão de sócios contribuintes;

**IV** - Homologar a indicação, para referendun da Assembleia Geral, a concessão de título de sócio honorário e benemérito;

**V** - Propor à Assembleia Geral a filiação ou o estabelecimento de convênios com entidades congêneres;

**VI** - Apresentar, anualmente, o seu parecer ao balanço e ao relatório das atividades do exercício findo, bem como o projeto de orçamento para o exercício seguinte;

